



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,35% São Paulo	127.316 19/1 22/1 23/1 24/1	R\$4,932 (-0,47%)	R\$ 1.412	R\$ 5,370	11,65%	11,31%	Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28

TRABALHO

Vagas e inovação no concurso unificado

Exame nacional democratiza o acesso ao funcionalismo e torna a administração mais moderna, sustenta secretária do MGI

» VITÓRIA TORRES*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

O Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) desponta como um dos certames mais aguardados do ano, com um total de 6.640 vagas. Em apenas cinco dias de inscrições abertas, já ultrapassa a marca de 700 mil candidatos.

Se, por um lado, a seleção representa uma oportunidade de emprego a milhares de brasileiros, por outro, significa uma mudança importante na administração pública federal, na avaliação de quem participou da preparação do modelo seletivo.

Convidada do Podcast do Correio, a secretária adjunta de gestão de pessoas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Regina Camargos, explicou a formulação do processo e a complexidade da iniciativa, classificando-a como “a experiência mais disruptiva, inovadora e desafiadora” de sua carreira profissional.

O governo federal tem expectativa alta. Regina Camargos sublinhou a meta de reforçar administração pública federal até 2026. “A gente pode chegar, até ao final do mandato do presidente Lula, em torno de 20 mil vagas criadas”, contabilizou.

O concurso unificado envolve 21 órgãos públicos federais e, segundo Camargos, rompe com a abordagem tradicional de seleções públicas. O modelo prevê um exame único, a ser realizado em 5 de maio em 220 cidades brasileiras, incluindo pequenos municípios do interior. Esse movimento visa democratizar o acesso aos concursos públicos, antes restritos a grandes centros urbanos.

“Todo mundo estava acostumado com essa pedagogia dos concursos tradicionais, e, de repente, esses órgãos, voluntariamente, aderem a essa experiência. É um desafio porque você está chamando as pessoas para um terreno que é desconhecido”, afirmou Camargos.



Regina Camargos: candidatos desembolsam até R\$ 30 mil para disputar um concurso, “algo afastado da realidade da maioria dos jovens”

Inclusão social

Na entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Rosana Hessel, Regina Camargos abordou que o processo se revela não apenas como uma oportunidade de emprego, mas também como uma política pública de inclusão e renovação no funcionalismo público brasileiro.

“O concurso unificado atende nesse sentido de abrir oportunidades. Os concursos nos seus formatos tradicionais têm limitações, acabam reproduzindo uma lógica social, por exemplo, de exclusão. Os concursos eram muito restritos. Agora vamos ter provas em pequenas cidades do interior do Brasil. A escolha dessas cidades tem uma metodologia por trás”, explicou.

O planejamento do concurso em blocos temáticos representa um esforço para combater as limitações percebidas nos formatos tradicionais, buscando superar barreiras sociais, econômicas e geográficas. Regina revela que a diversidade de oportunidades, com vagas de nível médio e superior, pretende introduzir os profissionais em carreiras transversais que possibilitam aos jovens explorarem diferentes áreas da administração pública.

“Os certames vão ficando cada vez mais caros e vão eliminando a participação das pessoas que não têm condições de pagar o custo desses concursos. Chegamos a analisar que, para alguns concursos, os candidatos chegam a desembolsar R\$ 30 mil

em cursinhos, apostilas, livros e viagens”, observou.

“Sabemos que é algo completamente afastado da realidade da maioria dos jovens desse país, isso cria barreiras na entrada da juventude no serviço público”, completou.

Nova geração

A secretária ressaltou a importância de rejuvenescer a administração pública, oferecendo oportunidades de trabalho qualificado para a juventude. O CPNU, ao criar carreiras transversais, propicia mobilidade e permite que os candidatos transitem por diversos órgãos.

“A administração pública está precisando de renovação, estamos

com a idade média dos servidores elevada, muitos servidores querem se aposentar mas não podem porque o órgão precisa do servidor. A ideia é atender o anseio da juventude por mobilidade. O concurso oferece a possibilidade de o jovem transitar por toda a Esplanada dos Ministérios e órgãos, não dependendo de onde for alocado. Se isso é um atrativo, então é bom para o Estado”, contou.

Debate raso

Regina Camargos rebate o argumento de que os concursos tornam o Estado inchado. Segundo ela, esse debate é raso e propõe uma abordagem mais complexa. Ela afirma a importância de avaliar se há servidores



Aponte o celular para o QR Code a fim de acessar a íntegra do podcast do Correio.



O concurso oferece a possibilidade de o jovem transitar por toda a Esplanada e órgãos, não dependendo de onde for alocado. Se isso é um atrativo, então é bom para o Estado”

Regina Camargos, secretária adjunta de gestão de pessoas no MGI

suficientes e se estão atendendo efetivamente às necessidades da população. A questão é colocada não apenas em termos quantitativos, mas sim na eficácia da atuação dos servidores.

“É rasteiro esse dizer que o estado está inchado. Vai no interior do Amazonas e pergunta para a população se o Estado está inchado. A pessoa vai te responder: ‘O que é Estado? O que é política pública?’”, apontou.

As inscrições para o CPNU terminam em 9 de fevereiro, sem prorrogação. “Pule o carnaval, mas com a inscrição do concurso feita. Não se esqueçam!”, recomendou Camargos.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Novas regras para comércio

» HENRIQUE LESSA

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, após se reunir com empresários e sindicalistas, ontem, anunciou que o governo irá editar uma nova portaria para que o comércio volte a realizar acordos coletivos para regular o trabalho durante os feriados. Mas Marinho apontou que alguns setores, considerados essenciais, como farmácias e postos de combustíveis, devem ser dispensados da exigência. A lista definitiva deve conter mais de 200 atividades que poderão ser liberadas dessa exigência.

“A portaria que será publicada pelo Ministério do Trabalho trata de feriados, porque aos domingos o comércio já está autorizado a trabalhar. A mesma lei diz que é necessário convenção coletiva para o trabalho nos

feriados, mas excepcionaliza algumas atividades permitidas como as farmácias”, disse Marinho após a reunião.

A negociação na sede do Ministério contou com representantes das centrais sindicais CUT, CNTC e CSB, além de representantes da bancada empresarial com a Confederação Nacional do Comércio (CNC). O ministro ressaltou que o interesse do governo é garantir maior segurança jurídica tanto para empregados como empregadores.

“A nova portaria terá validade a partir do dia 18 de fevereiro para não criar uma polêmica com os feriados de carnaval, feriado do aniversário de São Paulo, feriados municipais. As partes estão plenamente de acordo para que se adequem e busquem harmonia entre empregadores e trabalhadores”, disse o ministro.

O ministro ainda destacou que até a edição da norma, sindicatos e empregadores seguirão reunidos com o Ministério para discutir o tema, suas exceções. “Fizemos o ajuste em todo o texto da portaria, que será republicada. Há uma bancada de relatores alterando o texto, que não apresentará hoje a versão final. A portaria anterior teve o único objetivo de provocar essa conversa nacional, com uma mesa permanente para discutir o tema, inclusive daqui para frente”, disse Marinho em entrevista coletiva após a reunião.

Negociação coletiva

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço da CUT (Contracs), Julimar Rodrigues, a portaria apenas regula a

lei, mas vai dar atenção aos serviços considerados essenciais.

“Temos que deixar muito claro que a portaria não modifica a lei, ela apenas regula, a lei é muito clara, nos feriados tem que ter convenção coletiva. Mas existem alguns tipos de trabalho que têm que funcionar por conta do atendimento à população, farmácia por exemplo, é primordial estar aberta. Vai ser uma redação com um anexo fazendo a relação dos comércios que poderão funcionar independente dessa negociação coletiva”, disse o sindicalista.

Marinho fez questão de destacar que a portaria não irá proibir o trabalho em feriados, apenas retoma a exigência da negociação coletiva entre empregados e empregadores, o ministro disse que a medida não proíbe nada, apenas regula algo que já estava na lei.

Wilson Dias/Agência Brasil



Marinho: portaria deve sair em fevereiro, com vigência imediata

Ivo Dall Acqua Júnior, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), disse que o trabalho no feriado não gera desemprego, ao contrário e ressaltou que a necessidade de acordo coletivo já estava prevista na lei desde 2007. “Nós

temos a lei desde 2007 autorizando o trabalho nos feriados desde que haja uma convenção coletiva determinando a forma como esse trabalho vai acontecer”, destacou o representante patronal que defendeu a decisão do Ministério.